

FACULDADE DE MEDICINA DA USP ENTRE CONIVÊNCIA COM A DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA À OPRESSÃO

Luiza Sansão¹

No início da década de 1960, a Faculdade de Medicina da USP era atravessada por intensas disputas: de um lado, a elite médica que dirigia a instituição lutava para manter o sistema de cátedra, que lhe garantia poder vitalício, e de outro lado docentes e estudantes defendiam o fim das cátedras, a reforma universitária e por meio dela a democratização e modernização das universidades. O advento da Ditadura Militar em 1964 facilitou a criação de um clima de “caça às bruxas” na faculdade e de incentivo a delações e perseguições. Surgiram os “inquéritos” (IPMs), notáveis pesquisadores foram presos ou exilaram-se. Mas sempre houve resistência às arbitrariedades

Memorial da Resistência/Arquivo Público do Estado de SP



Protesto estudantil em 1973 na Faculdade de Medicina contra a Ditadura Militar e o assassinato de Alexandre Vannucchi

Não obstante suas limitações, a Comissão da Verdade (CV) da Universidade de São Paulo contribuiu para ampliar o conhecimento do que ocorreu a estudantes, professoras e professores da instituição que foram objeto de perseguições, punições e violências durante a Ditadura Militar (1964-1985).

Os crimes de toda sorte cometidos pelo regime trouxeram consequências trágicas para as vítimas e para a ciência brasileira. Prova disso é a Faculdade de Medicina da USP (FM), cenário de graves perseguições internas e externas, como atestado ao longo das 325 páginas do dossiê específico publicado pela CV em 2018.

No início da década de 1960, o clima no interior da FM era de intensas disputas pessoais e políticas: de um lado, a elite médica que dirigia burocraticamente a instituição lutava para manter o sistema de cátedra, que lhe garantia poder vitalício e incontestado; de outro, docentes e estudantes que defendiam a reforma universitária, que vinha sendo

pautada em todas as unidades acadêmicas do país e tinha muita força entre aqueles que ansiavam pela democratização das universidades e modernização de suas estruturas.

Foi esse o contexto vivido pelo fisiologista Thomas Maack, que ingressou na FM em 1956, formou-se em 1961 e foi preso em 1964, quando já era professor assistente da instituição. Hoje, aos 88 anos e vivendo em Nova York desde que precisou exilar-se, ele é um sobrevivente do que transformaria para sempre sua vida e a de tantos colegas. Sua história ilustra grande parte das injustiças sofridas por cientistas na época, como a prisão, a expulsão da universidade e o exílio, com perversas consequências para a pesquisa brasileira.

“O sistema era baseado no modelo europeu. Todo o processo era extremamente eurocêntrico. Então a faculdade se dividia em departamentos que tinham um chefe que era permanente, praticamente irremovível, que comandava toda a atividade daquele departamento. Não tinha voto de docente, não tinha representação docente, nada disso”, observa Maack. “Então era um grupo de catedráticos que não só eram permanentes, como a cátedra era praticamente hereditária, como eu brinco. Porque se você olhar os nomes dos catedráticos, de 1940 a 1960, é pai, filho, sobrinho, neto. Tudo uma continuidade familiar que eu chamo de ‘tradicional família paulistana’. A elite paulistana no poder eram os catedráticos”.

Os catedráticos escolhiam o diretor da faculdade. Na base da pirâmide, estavam os docentes, divididos em suas categorias. “O que aconteceu no período pós-Segunda Guerra Mundial foi que, mais e mais, os docentes e,

em parte, também os estudantes, começaram a acreditar que esse sistema simplesmente emperrava tudo. Não se conseguia fazer uma mudança de ensino, uma mudança de pesquisa, não se conseguia fazer nada sem a anuência do catedrático”, critica Maack.

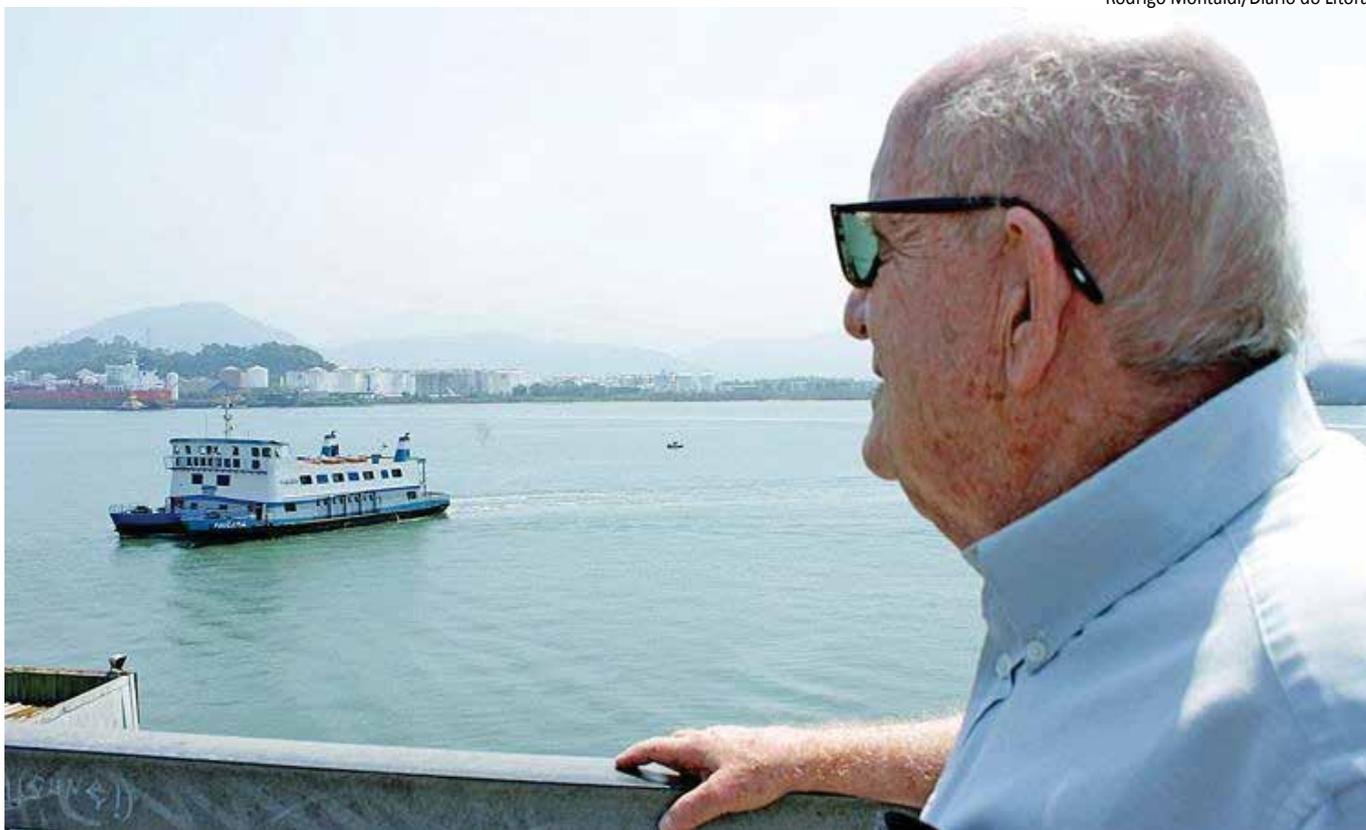
Havia um atraso da medicina europeia em relação à americana, naquele período, segundo ele, o que decorreu das guerras. “Um continente em turbulência permanente, a destruição, as mortes, reconstruir tudo isso. A parte de desenvolvimento e de pesquisa ficou atrasada naquele período. Não é mais, foi naquele, entre o fim da Guerra Mundial e a minha geração”, explica. “O progresso da ciência biológica foi tão grande, nos Estados Unidos, na aplicação das descobertas mais recentes, de antibióticos e substâncias que intervinham com receptores. Tudo isso eram coisas novas que os catedráticos não entendiam, ou melhor, não tinham a formação para ensinar”, completa.

A maioria dos catedráticos clínicos, de acordo com Maack, tinha como principal influência a prática clínica e até muita competência em sua área de atuação, mas não na acadêmica: “Tem uma diferença entre a prática e a academia. Muitos catedráticos não faziam pesquisa. Eles tinham uma educação livresca e com grande influência da educação europeia, que na época, em Medicina, era limitada em comparação com os Estados Unidos”.

Os norte-americanos, segundo o fisiologista, “já haviam percebido que o sistema europeu era totalmente limitante” no que dizia respeito à relação entre catedráticos, docentes e alunos e, desde 1910, implementaram a reforma do ensino de Medicina, desenvolvendo-se “muito mais rapi-

damente” e “fornecendo recursos suficientes para se fazer ciência, muito à frente da Europa”. Eram críticas como estas as que os professores e estudantes que lutavam pela reforma universitária vinham fazendo, insatisfeitos com as limitações impostas às suas pesquisas e às decisões sobre os rumos da faculdade de uma forma geral. Além disso, defendia-se que os estudantes pudessem ter uma vivência integral da universidade, em vez de se isolarem em suas faculdades, distantes umas das outras. “A ideia da cidade universitária era exatamente reduzir a influência da endogenia que a faculdade isolada cria. A ideia da reforma era de que se congregassem diferentes especialidades e isso elevaria o conhecimento, e também de que a atividade estudantil teria uma escolha muito mais ampla, tanto social quanto profissional, estando congregada em um câmpus”, defende o cientista.

Logo após o golpe militar, a Congregação da Faculdade de Medicina formalizou seu apoio aos militares. Os docentes mais conservadores alinharam-se à Ditadura Militar, puseram fim a grupos de pesquisas e aos departamentos voltados para a saúde pública e estigmatizaram pesquisadores mais sensíveis às questões sociais



Em 2017, Thomas Maack revisita o porto de Santos e revê o local onde ficou ancorado o navio-prisão “Raul Soares”

Vendo seu poder ameaçado, os defensores do *status quo* fizeram do golpe militar sua oportunidade de se livrar de seus opositores — os proponentes de uma reforma universitária que abolisse a cátedra vitalícia, possibilitando a modernização da pesquisa e o incentivo à investigação experimental. Assim, os conservadores alinharam-se aos militares e implementaram na faculdade uma série de medidas autoritárias, pondo fim a grupos de pesquisas e departamentos voltados para a saúde pública, estigmatizando politicamente pesquisadores que manifestavam preocupação com questões sociais, como as precárias condições sanitárias de grande parte da população e as endemias.

“Se opiniões conflitantes e divergentes convivem, normalmente, em ambiente acadêmico, nos momentos de crise tendem a ser utilizadas como

armas no jogo de forças que se estabelece. O golpe de 1964 transformou em subversivo o bloco que não se alinhava com os defensores do regime e a caça aos comunistas tornou-se motivação para incrementar a implantação de uma rede de informação na Universidade vinculada aos órgãos de repressão”, atesta o dossiê da CV. Em reunião extraordinária, a Congregação da FM formalizou seu apoio aos militares assim que o golpe se deu.

Nesse contexto, um grupo que se autodenominava “democratas verdadeiramente cristãos”, empenhado em afastar jovens médicos que defendiam mudanças estruturais nos estatutos da FM, enviou uma carta anônima ao governador Adhemar de Barros, que, por sua vez, encaminhou-a ao governo militar em maio de 1964, para que providências fossem tomadas. “Outra car-

ta anônima, recebida pelo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, enviada em 25 de junho de 1964 para o reitor Luís Antônio da Gama e Silva, também lista nomes supostamente ligados à esquerda, em especial ao PCB”, de acordo com o dossiê, que traz tais cartas em anexo.

Reitor em exercício desde 1963, Gama e Silva era apoiador do golpe. “Como troca de favores o governo deu-lhe o Ministério da Educação e, logo em seguida, o da Justiça — que ele usou para instalar, em julho, uma comissão especial ‘para investigar atividades subversivas na USP’ da qual fizeram parte os professores Theodoro de Arruda Souto, da Escola Politécnica, Moacyr Amaral Santos, da Faculdade de Direito, e Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina”, detalha a CV.

O pretendido sigilo sobre a comissão foi quebrado quando a *Folha de S. Paulo* publicou matéria denunciando sua existência (“Dedo-duro na USP”), em 26 de julho de 1964. Depois o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou, em 9 de outubro, a denúncia, com direito à reprodução de um documento, em papel timbrado da Reitoria da USP de 6 de junho daquele ano, com assinaturas dos membros da comissão, pedindo “a suspensão dos direitos políticos de 23 professores, 12 instrutores e 17 estudantes, enfermeiras, funcionários e médicos estagiários do hospital escola sob a alegação de exercerem ‘comunicação da mocidade’ e ‘infiltração de ideias marxistas’”.

Assim, a Ditadura Militar contou, com frequência, com a colaboração da universidade, já que o trânsito entre os serviços de informações e a Reitoria era intenso: forneciam-se nomes, endereços, cargos e unidades onde estudavam ou trabalhavam dezenas de professores, alunos e funcionários, de acordo com a CV. “Muitas famílias e vidas acadêmicas foram severamente prejudicadas pelas perseguições desta comissão [especial]. As acusações provocaram prisões e perseguições, muitos dos acusados foram submetidos aos IPMs. Os mais atingidos foram aqueles ligados às pesquisas básicas e os que se posicionavam em prol da reforma universitária, ou que manifestavam preocupação com os problemas de saúde pública. Os que não foram submetidos aos inquéritos em 1964 acabaram sendo cassados pelo AI-5, em 1969”.

As disputas pessoais entre docentes eram muitas vezes o único pano de fundo de ações que tiveram

consequências profundas. Foi o que aconteceu a Maack, que acabou sendo um dos primeiros presos entre os professores da FM. “Em 1964 fui alvo de muitas acusações e indignidades por parte da direção e de alguns catedráticos, ações que muito contribuíram para a minha longa prisão e por fim me obrigaram a sair do país”, relatou à CV, destacando algumas das ações “para ilustrar a falta de dignidade e ética e mesmo a crueldade” dos acusadores. “Em uma delas o catedrático de Histologia, Luis Carlos Uchôa Junqueira, já falecido, se apossou ilegalmente de uma carta que escrevi para o meu mentor, Michel Rabinovitch, e entregou para os IPMs do Exército a parte da carta que mostra minha posição de ativista de esquerda. A outra parte, que criticava a sua atuação acadêmica, ele a escondeu e foi a razão pela qual ele me demitiu do Departamento de Histologia em fins de 1962. Até o juiz da 2ª Auditoria de Guerra, José Tinoco, recusou-se a aceitar a meia carta no inquérito, já que era roubada pelo catedrático”, contou.

Tendo militado na União Nacional dos Estudantes (UNE), na União Estadual dos Estudantes (UEE) e em organizações políticas, entre as quais o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), Maack atuava principalmente fora da universidade. Mas, na FM, foi coeditor do jornal *O Bisturi*, do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC), e integrou a bancada do CAOC em congressos da UNE e da UEE.

Outra ação absurda contra Maack foi a tentativa de expulsar sua filha, então com idade de um ano e meio, da creche do Hospital das Clínicas, “atitude que causou gran-

de repulsa ao ser reverberada pela imprensa paulistana”, relatou, “obrigando a direção da FM a reverter essa medida cruel”. A perseguição a docentes que tinham atividade política não encontrou nem mesmo os limites éticos mais básicos da profissão: “Outro exemplo de indignidade e baixa moral foi a do catedrático de Psiquiatria, Pacheco e Silva, que entregou ao IPM as minhas respostas a um questionário confidencial sobre o perfil de estudantes de Medicina”.

Preso em junho de 1964, Thomas Maack foi levado ao DOPS, depois a um quartel do Exército em Quitaúna, depois esteve no navio-prisão “Raul Soares” e por fim ficou numa cela da Polícia. Foi interrogado, ameaçado e esbofeteado. Libertado por um *habeas corpus* em dezembro, ele partiu para os EUA com a esposa e passou a morar em Nova York

Auxiliar de ensino no Departamento de Fisiologia, Maack foi preso em seu laboratório, na manhã de 8 de junho de 1964, por dois agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e um militar à paisana. Levado inicialmente ao DOPS,

foi encaminhado, em seguida, para o quartel de Quitaúna, sede do IPM dirigido pelo coronel Sebastião Alvim — que, nos anos seguintes, comandaria sessões de tortura contra outros presos políticos da USP. Lá, Maack permaneceu “incomunicável por cerca de duas semanas e submetido a interrogatórios intensos e prolongados, dia e noite”, conforme seu depoimento à CV. Os militares ameaçavam prender sua esposa e um capitão manifestava o “prazer sádico”, em suas palavras, de apontar o revólver para sua cabeça.

“Era ameaçado, constantemente, de ser mandado ao DOPS para sessões de torturas físicas. E, de fato, em um dos interrogatórios, já tarde da noite, entraram na sala alguns policiais do DOPS. Fui esbofeteado, minha mão e meus dedos foram apertados de tal maneira que a minha aliança ficou deformada permanentemente. Até que o coronel Alvim lhes deu sinal para que parassem. Foi uma ameaça, um aperitivo para eu me inteirar do que aconteceria se me mandassem de volta para o DOPS”, contou à Comissão.

Durante esse período em Quitaúna, o coronel Alvim encaminhou requisição ao governo federal pedindo o cancelamento do processo de naturalização de sua cidadania brasileira. Maack nasceu na Alemanha, mas veio para o Brasil com um ano de idade. Mais tarde, seria instaurado contra ele um processo de expulsão, somente cancelado em 1978.

Ainda em junho, Maack foi transferido para o navio-prisão “Raul Soares”, que, ancorado em Santos (SP) e supervisionado pela Marinha, confinava cerca de 150

presos políticos. Entre eles, o médico farmacologista Bernardo Boris Vargaftig, hoje com 86 anos, e o notável parasitologista Luiz Hildebrando Pereira, que faleceria em 2014.

Sua família seguia sem notícias de seu paradeiro. A intensidade dos interrogatórios diminuiu no navio, onde Maack acabou atuando em casos de emergências médicas de companheiros de prisão e de carcereiros — e só por isso sua esposa acabou sabendo onde ele estava, por meio de uma comunicação não oficial de um policial do navio.

Enquanto estava no “Raul Soares”, foi submetido a outro IPM, desta vez específico para a FM, comandado pelo coronel Ênio Pinheiro, famoso torturador, que o interrogou no próprio navio. “A iniciativa da repressão coube à direção da FM, não ao Exército. Foi como se a direção da faculdade tivesse chamado o Exército para dentro de sua casa”, protesta o cientista. “As acusações eram de tal ordem absurdas que o próprio promotor do processo na 2ª Auditoria de Guerra pediu a absolvição dos acusados, inclusive da minha pessoa”, contou Maack à CV.

Em 10 de outubro de 1964, ele e seis outros docentes da FM — Luiz Hildebrando Pereira, Pedro Henrique Saldanha, Julio Puddles, Erney Felício Plessman Camargo, Reynaldo Chiaverini e Luiz Rey — foram demitidos por decreto do então governador Adhemar de Barros. “Todos nós éramos a favor da reforma universitária para modernizar a pesquisa, o ensino e a administração na FM, na USP e na universidade brasileira em geral. Os nomes fo-

ram submetidos ao governador pela direção da FM”, denuncia.

Quando o navio-prisão Raul Soares foi desativado, em outubro, ele foi transferido para o “Palácio da Polícia”, uma prisão comum em Santos, onde permaneceu até 15 de dezembro. Libertado por um *habeas corpus* concedido pelo Superior Tribunal Militar (STM), o cientista não viu alternativa a não ser partir para o exílio com sua família, já que na USP as portas encontravam-se fechadas.

Por intermédio de uma organização de apoio a pessoas perseguidas pela Ditadura, em dezembro de 1964, após deixar a prisão, Maack mudou-se com a esposa, Isa Tavares Maack, e a primeira filha, Marisa, ainda bebê, para os Estados Unidos. Uma memória que o cientista guarda daquele momento é de como Isa, que também era militante, foi fundamental para tornar tudo possível, enquanto ele, vivendo os impactos psicológicos daqueles meses de prisão, não se sentia capaz de tomar decisões.

“A minha lembrança eterna é o que minha esposa fez em todo aquele período a mim. Tomou conta de tudo, sustentou a família, arrumou o exílio, a fuga. Porque, quando você fica prisioneiro por um período prolongado, principalmente na minha situação, eu fui muito isolado. Quer dizer, fora a atividade de médico que eu tinha, eu ficava limitado, ficava fechado no quarto isolado, não conversava. Quando você sai, você fica incapaz de tomar decisões na vida real. Você perde o contato com a vida real. E, portanto, nesse período, minha esposa teve que tomar todas as decisões importantes”, recorda, emocionado, em

entrevista à *Revista Adusp*. Companhia de toda a sua vida, Isa faleceu no dia 28 de maio de 2022, aos 83 anos. “Foram 62 grandes anos, que ficamos juntos”, diz o cientista.

Em 1969, Maack foi contratado pela Faculdade de Medicina da Cornell University (Weill Cornell Medical College, ou WCMC) de Nova York, onde seria promovido em 1977 a professor titular de Fisiologia do Departamento de Fisiologia e Biofísica e, mais tarde, do Departamento de Medicina. Isa tornou-se professora no Essex Community College, em Newark, New Jersey, e também conquistou o cargo de professora titular no Departamento de Humanidades. Em 2010, Maack foi declarado Professor Emérito de Fisiologia no WCMC e seguiu ativo, “envolvido com ensino e reforma de currículos médicos nos EUA, Qatar, Tanzânia e no Brasil”, como contou à CV.

Hoje pneumologista, 71 anos, Ubiratan de Paula acabou de eleger-se vice-presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (outubro de 1975) quando foi preso em sua casa e conduzido ao DOI-Codi. Levou choques elétricos e palmatória. Estava numa cela com vários jornalistas quando soube da morte de Vladimir Herzog

A CV registra que, após os acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for Development-USAID [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento], o grupo de docentes adeptos da reforma universitária tornou-se um alvo da repressão, juntamente com os centros acadêmicos, como o CAOC, da Medicina.

Embora já houvesse troca de documentos entre a USP e a “comunidade de informações”, em 1972 a já evidente cumplicidade da universidade com a Ditadura foi escancarada em outro nível: o então reitor Miguel Reale formalizou a criação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), órgão similar aos que já existiam nas universidades federais com o intuito de vigiar o movimento estudantil e fazer “triagem ideológica” nas contratações de docentes.

“Era um clima muito pesado. Na Faculdade de Medicina, vários estudantes tinham sido presos anteriormente e tinha todo um passado de cassação de professores, notadamente no Departamento de Parasitologia e no de Fisiologia, áreas que concentravam os professores mais progressistas. De qualquer maneira, era um momento de início de retomada do movimento estudantil”. Assim o pneumologista Ubiratan de Paula Santos, hoje com 71 anos, descreve o período em que estudou e militou na FM, de 1973 a 1978.

Em outubro de 1975, ele foi preso em sua casa, no bairro de Santa Cecília. “Tinha acabado de ser eleito vice-presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz e uma semana depois, às sete da manhã, o DOI-Codi, com uma Veraneio e mais um carro de

acompanhamento, bateu na minha casa. Me levaram para o DOI-Codi. Fiquei lá uns 17 ou 18 dias. Tomei alguns cascudos, choque elétrico, palmatória, esse tipo de tortura”, conta o médico, que à época era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Um dos maiores símbolos da violenta repressão do período, o assassinato do jornalista e professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) Vladimir Herzog sob tortura, nas dependências do DOI-Codi, aconteceu quando Ubiratan, aos 23 anos, encontrava-se na unidade. “Nesse dia, eu estava numa cela com vários jornalistas. Eu era o único estudante jovem, tinha 23 anos. Lembro quando os jornalistas foram todos chamados, saíram da cela, só fiquei eu. E, na volta, vieram todos com lágrimas nos olhos, informando o assassinato do Herzog”, recorda.

Do DOI-Codi, Ubiratan foi transferido para o DOPS, onde permaneceu por cerca de 15 dias, não mais sob tortura, “apenas para legalizar o processo de prisão”. De lá, em um grupo de aproximadamente vinte pessoas, já que “os presídios do Hipódromo e Barro Branco estavam lotados de presos políticos”, foi levado para uma cadeia no bairro do Cambuci, de onde saiu somente no final do ano de 1975.

Em 1977, Ubiratan era presidente do CAOC quando, durante reuniões para preparar um congresso de re-fundação da UNE, o coronel Erasmo Dias, que chefiava a Secretaria de Segurança Pública paulista, e Romeu Tuma, delegado e diretor do DOPS entre os anos de 1966 e 1983, sitiaram a FM. “O quarteirão cercado, eu saí para negociar a liberação das pessoas que estavam dentro do centro aca-

dêmico. Quando cheguei perto, eles tinham uma lista e, como eu já tinha sido preso em 1975, eu estava na lista, então já me colocaram no porta-mala de uma Veraneio e fui levado para o DOPS. Fui o primeiro a ser preso nesse dia e, depois, outras 174 pessoas foram presas”, conta o pneumologista.

Por ter antecedente, Ubiratan ficou separado dos demais presos, que foram liberados no mesmo dia. Ele e o presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Engenharia da USP de São Carlos, Paulo Massoca, deixaram a prisão no dia seguinte.

Em meio à intensa repressão que marcou o período, as memórias de Ubiratan são principalmente de luta e resistência. “Nós, como centro acadêmico, participamos ativamente da luta em apoio aos funcionários e professores do Hospital das Clínicas por melhorias salariais. Teve várias greves no período do Maluf, no final dos anos 70. E sempre procuramos entender a luta da universidade não só como uma luta dos estudantes, mas uma luta universitária, ou seja: envolver a comunidade na busca da democracia e da melhoria das condições de ensino e pesquisa da universidade”, conta.

Ele destaca a colaboração de professores progressistas, inclusive no financiamento da luta contra a ditadura, para que fosse possível, por exemplo, acolher militantes chilenos que buscaram refúgio no Brasil após o golpe que deu



Ginecologista e obstetra Albertina Duarte

início à ditadura de Pinochet, em 1973, e dar suporte às famílias de presos políticos brasileiros. “Havia um ambiente de solidariedade e de perspectiva de luta democrática, de retomar a democracia no Brasil. Ou seja, ao mesmo tempo em que era uma ditadura feroz, ainda havia, apesar das cassações e prisões das décadas de 60 e de 70, uma resistência importante, que foi crescendo”, recorda. “Persistia um grupo de professores de esquerda dentro da faculdade. Uma parte deles tinha se envolvido na construção de uma alternativa, o Curso Experimental de Medicina”, diz, referindo-se à experiência lançada em 1968² — ano da Reforma Universitária, em que finalmente foi extinto o sistema de cátedra, substituindo-se a figura que se chamava “catedrático” pela do “professor titular”.

Flickr/Bya RP

Médicas e médicos envolvidos no “Socorro Vermelho” tinham um cotidiano intenso no HC: atendimentos clandestinos, desaparecimento de fichas de pacientes e os cuidados para não serem descobertos. “A gente teve que montar todo um serviço de saúde. Não dá para imaginar hoje”, conta a obstetra Albertina Duarte

Parte fundamental da resistência à Ditadura na FM foi o atendimento clandestino a militantes políticos por médicos que chamavam esse trabalho, entre si, de “Socorro Vermelho”. Um estudante da Medicina que prestou socorros clandestinos, Boanerges de Souza Massa, foi perseguido e assassinado — e seu cadáver jamais foi encontrado. “As fichas dos estudantes residentes, com foto e endereço, chamados de ‘quintanistas em estágio obrigatório’ no hospital-escola, eram enviadas para os serviços de informação da polícia política como forma de registro”, de acordo com o relatório da CV. Nesse contexto, além de Boanerges, também foram vítimas fatais os estudantes Antônio Carlos Nogueira Cabral e Gelson Reicher, saldo mais trágico da repressão no âmbito da FM.

Médicas e médicos envolvidos no “Socorro Vermelho” tinham um cotidiano intenso no Hospital das Clínicas, entre atendimentos clandestinos, o desaparecimento de fichas de pacientes e os cuidados necessários para não serem descobertos. A ginecologista e obstetra Albertina Duarte Takiuti, que ingressou na faculdade em 1968, ano que chegaria ao fim com a promulgação do AI-5, foi parte dessa rede de médicos que salvaram vidas entre 1971 e 1980, tendo corrido riscos difíceis de mensurar.

“As pessoas precisavam de atendimento, de exames, fazer cirurgias com nomes falsos. Então a gente teve que montar todo um serviço de saúde. Era um seguro saúde. Não dá para imaginar, hoje, como é que foi possível”, conta Albertina. “Porque não eram só as pessoas que chegavam no Hospital das Clínicas machucadas, eram também os familiares que precisavam. Então tinha que haver um esquema, por exemplo: nós sabíamos quem dava plantão e esse plantão à noite atendia essas pessoas”.

A rede clandestina contava com mais de trinta médicos de áreas diversas, sendo ao menos vinte comprometidos mais diretamente e outros atuando no apoio. As demandas eram muitas e, diante dos graves impactos psicológicos, nas vítimas e nos seus familiares, das violências cometidas pela Ditadura Militar, a rede contava também com psiquiatras e psicólogos — o que evidencia o alto nível do sistema de saúde alternativo criado por médicos envolvidos na resistência ao regime.

Para que fosse possível realizar procedimentos complexos, os médi-

cos muitas vezes tinham que dispor de recursos próprios. “Havia muitos médicos que contribuía financeiramente para que a gente pudesse comprar remédios, internar pessoas. E havia anestesistas que aceitavam não cobrar nada de pacientes, deviam achar que eram amigos”, recorda Albertina. Além disso, existia uma rede de colaboradores, tanto por meio do PCB quanto por doações de artistas e pessoas comuns que apoiavam a causa, tendo atividade política ou não.

“Das prisões, nos traziam pessoas e informações. Então acabou tendo um esquema de recados: ‘Avisa que aqui as mulheres estão sendo torturadas’. Por exemplo, a gente soube que a [cantora] Marília Medilha estava sendo torturada na prisão porque algumas mulheres que atendemos no Hospital Pérola Byington contam”, lembra Albertina, que se ligou profundamente às pautas das mulheres, atendendo muitas militantes e as companheiras de operários e presos políticos, realizando seus partos e acompanhamento ginecológico.

Era preciso conviver com o medo de ser descoberta pelos colegas que trabalhavam para o regime dentro dos hospitais. “O que acontecia era que a gente se protegia. Sabia quem eram as pessoas ligadas aos militares e quem eram as pessoas de esquerda”, lembra Albertina. “A gente sabia também que havia médicos ligados aos torturadores e que a gente tinha que proteger alguns presos que eram atendidos por essas pessoas. Já aconteceu de eu chegar ao plantão e me dizerem ‘Olha fulano, torturador, está cutucando a fratura exposta daquele paciente’, para que eu tentasse proteger. Então, eu estava

dando plantão e ia disfarçadamente em outra parte do hospital para ver essa pessoa”, conta.

As denúncias que ela e camaradas do “Socorro Vermelho” recebiam na época acerca de colegas que trabalhavam para o regime dentro dos hospitais e praticavam torturas seriam, mais tarde, confirmadas pela Comissão da Verdade. Um deles ficou especialmente marcado em sua memória. “Me lembro que quando ele olhou para mim e eu olhei pra ele, fiquei com muito medo”, diz, referindo-se ao médico que ela constatou, após a denúncia de outro colega, que havia torturado um paciente. “Eu só me lembro do olhar tético dele para mim, nunca vou esquecer aquele momento. E aí, claro, tinha medo do que podia acontecer. Toda vez que eu saía do plantão eu olhava para trás, olhava para os lados, olhava para entrar na minha casa”, completa.

A despeito de atuar em condições adversas, sob vigilância constante e sem os recursos que existem atualmente, o “Socorro Vermelho” era extremamente eficiente. “A gente tinha que organizar esse fluxo de atendimentos entre os médicos comprometidos, havia uns exames que a gente sabia para quem indicar. E tudo numa rapidez incrível. Não tem um sistema de saúde que fizesse aquele fluxo tão rápido. E olha que era sem telefone, só com bip. E ainda envolvia roubar ficha, alterar nome na ficha, passar ficha para outra pessoa. Todo um esquema e rapidez no atendimento”, relata Albertina.

As companheiras de militantes também precisavam frequentemente de atendimento, cirurgias e partos. “Essas pessoas não podiam ter

nenhuma intercorrência, absolutamente nada. Porque se precisasse de sangue, como é que seria? Então havia um recurso, a gente pagava o hospital, internava a pessoa e a pessoa era operada. Hoje muitas mulheres desses militantes estão vivas, se salvaram, graças a esse socorro”.

Certa vez, Albertina foi atender uma mulher em uma residência, em uma travessa da Avenida Brigadeiro Luís Antônio, e teve que levá-la às pressas, em seu carro, para Carapicuíba — num plantão em que trabalhava e onde não haveria vigilância — porque a paciente estava sofrendo um aborto. Da esquina da rua, quando Albertina olhou para trás, viu a polícia invadindo a casa que as duas haviam acabado de deixar. Como a mulher estava perdendo muito sangue, e o próprio bebê, Albertina preferiu poupá-la e sequer lhe contou o que viu, apenas seguiu rumo ao hospital.

“A gente não só atendia gratuitamente no consultório e nos hospitais, como também corria muito risco. Eu não tinha capacidade, com quatro anos de formada, de atender os casos [complexos]... Por isso, eu pedia ajuda, eu estudava, via, falava com um ou outro”, contou ela à CV. Assim, a parceria estabelecida com colegas também foi uma marca daquele período para a médica — que até hoje, meio século depois, trabalha no Hospital das Clínicas.

Albertina se lembra com especial carinho de alguns colegas cuja atuação considera fundamental para a rede de atendimentos clandestinos. José Montenegro de Lima, militante do PCB, desaparecido desde

setembro de 1975, foi um deles. “O Magrão, o Montenegro, foi o grande herói desta vinculação. Ele e o Luís Maranhão, que desapareceu no dia do meu aniversário, quando eu tinha um encontro com ele e ele não chegou. Desapareceu no dia 2 de março de 1974”, contou à CV.

Diante da possibilidade de Lúcia Sálvia Coelho vir a ser nomeada professora assistente doutora do Instituto de Psicologia, a AESI expediu, em 1977, ofício à 2ª Seção do Estado Maior do Exército, à Polícia Militar, à Polícia Federal e ao DOPS, solicitando os antecedentes da pesquisadora com a intenção de impedir sua nomeação

Muitas das pessoas que viveram as perseguições da Ditadura no interior da USP já faleceram. Enquanto buscava o contato de Lúcia Maria Sálvia Coelho, que integrou a primeira turma de psicólogos formados pela USP, em 1962, e cuja história é de fundamental importância para se entender o ponto a que as perseguições na FM chegaram durante a ditadura, a *Revista Adusp* soube que ela havia falecido dias antes, no dia 7 de setembro. A perseguição a Lúcia ilustra per-

feitamente o contexto vivido pela USP e pela FM a partir, especialmente, da criação da AESI pelo reitor Miguel Reale.

Em 13 de agosto de 1973, foi encaminhado a Reale o termo de contrato de Lúcia para o cargo de professora assistente doutora do Departamento de Neuropsiquiatria da Faculdade de Medicina. Ela obteve os títulos de bacharela e licenciada em Psicologia respectivamente em 1961 e 1962, seguidos de especialização pela USP em 1963 e 1964 e, ainda, de um doutorado em Ciências Médicas pela Universidade de Campinas, em 1972. Ademais, “quando os autos do processo de contratação foram levados ao conhecimento do reitor, o currículo de Lucia já contava um primeiro vínculo empregatício com a USP, nomeadamente como servidora autárquica, admitida a título precário pelo prazo de dois anos para exercer as funções de psicóloga”, de acordo com o dossiê da CV.

Na década de 1960, Lúcia participava de reuniões da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), tendo depois aderido ao Partido Operário Comunista (POC), período durante o qual atuou principalmente na produção de jornais clandestinos. Em 14 de julho de 1971, foi presa junto com seu marido, em sua casa, por agentes do DOI-Codi. Permaneceu presa por três meses, sendo libertada em 26 de setembro de 1971. Em 26 de outubro de 1972, foi absolvida por falta de provas. Mas o episódio lhe custaria caro em termos profissionais.

No final de 1972, Lúcia foi convidada para um jantar na casa do che-



Pesquisadora Lúcia Maria Sálvia Coelho

fe do departamento, Paulo Vaz de Arruda. Seu relato à Comissão, em 2015, sobre aquela ocasião diz muito sobre o clima pesado do momento: “Estávamos eu, o Ruy Coelho, meu marido, o meu muito amigo Antonio Candido. Depois ficaram só os professores da medicina. Oscar de Lima, Paulo Vaz de Arruda, Plínio [Luiz Kouznetz Montagna]. Não me lembro de todos. Começaram a fazer perguntas, mas, na verdade, mais parecia um interrogatório de polícia: por que fui presa, se eu escrevia algum jornal subversivo, onde eu distribuía, o que havia feito”, relembra.

“No começo achei que era interesse pessoal. Percebi que estava sendo interrogada e achei muito antipático. Falei que não mudaria minhas posições. O Paulo [Vaz de Arruda] falou assim: ‘Lúcia, não vai

dar para você continuar aqui, quando eu puder te chamo’. Recentemente, fui pedir a contagem de tempo de serviço para aposentadoria, e aparece lá ‘prisão’. Sem especificar ‘prisão política’. Quer dizer, fica uma coisa esquisita, um buraco inexplicável. Bem, sem perspectiva aqui no Brasil, fui para França, tentar trabalhar lá”.

Embora o contrato não tivesse sido assinado em 1972, o processo de admissão seguiu tramitando e, em 4 de dezembro de 1974, a Comissão Especial (Comesp) encarregada de analisar os

processos de admissão de docentes emitiu parecer favorável à sua contratação. Porém, mais dois anos se passaram sem qualquer movimentação nos autos do processo, até que em 1977 surge a minuta de um contrato com cabeçalho do Instituto de Psicologia (IP). “Desta vez, era o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP que propunha a contratação de Lúcia Coelho para o exercício da função de professora assistente doutor”, conforme o dossiê.

Diante da possibilidade de Lúcia vir a ser nomeada como professora assistente doutora do IP, a AESSI expediu, em 12 de dezembro de 1977, ofício dirigido à 2ª Seção do Estado Maior do Exército, à Polícia Militar, à Polícia Federal e ao DOPS, solicitando os antecedentes da pesquisadora com a clara intenção de

impedir sua nomeação. A resposta a esse ofício, dez dias depois, lista várias ações consideradas subversivas pelas quais havia sido presa e sua absolvição em processo da 2ª Circunscrição da Justiça Militar. No entanto, essas informações não constam dos autos do processo de contratação. “O que aparece é uma sequência de trâmites separados entre si por grandes intervalos de tempo até que finalmente chegasse a ocasião de arquivá-lo com motivo de falta de verba”, aponta a CV.

Em julho de 1978 o processo foi enviado à Comesp, que se manifestou favoravelmente à contratação de Lúcia pelo IP. Mas somente em 10 de julho de 1980 é que o coordenador da Administração Geral, Fausto Haroldo Ribeiro, o encaminhou à consideração do reitor. O resultado está contido em uma nota do vice-reitor em exercício, Antônio Brito da Cunha: “Tendo em vista a manifestação de fls. 121, e não dispondo a Reitoria de recursos orçamentários para atender à despesa, archive-se”.

O caso de Lúcia Maria Sálvia Coelho, assim como o de Thomas Maack e tantos outros, ilustra um cenário de injustiças e perdas acadêmicas que decorreram da convivência da USP com a Ditadura. “A USP é uma vergonha. Uma das coisas que mais me irritam é até hoje eles não terem feito nenhum pedido de desculpas, reconhecido publicamente o papel central da USP no golpe, a responsabilidade pelas mortes”, revolta-se Maack. “A Faculdade de Medicina ainda fez, quarenta anos depois do golpe, um ato público de reconhecimento.

Quarenta anos depois, mas fez”, completa.

“Fiquei muito decepcionada com o tratamento que a USP deu à Comissão da Verdade. Para você ter uma ideia, do relatório que eu escrevi a respeito da AESI, junto com Janice [Theodoro], muitas coisas foram cortadas pelos próprios membros da CV, porque não se deveria mexer com o Miguel Reale”, relata Márcia Bassetto

Pesquisadora e redatora de diversos volumes do vasto relatório da Comissão da Verdade da USP, a jornalista Márcia Bassetto afirma que “a universidade não deu nenhum subsídio” ao trabalho da equipe, liderada pela

professora aposentada Janice Theodoro da Silva, da FFLCH. “Fiquei muito decepcionada com o tratamento que a USP deu à Comissão da Verdade. Para você ter uma ideia, do relatório que eu escrevi a respeito da AESI, junto com Janice, muitas coisas foram cortadas pelos próprios membros da Comissão da Verdade, porque não se deveria mexer com o Miguel Reale. Que foi integralista lá atrás”, critica. Márcia era estudante da FFLCH e militante da organização clandestina Liga Operária quando foi presa, em abril de 1977, por distribuir panfletos comemorativos do 1º de Maio nas fábricas do ABC paulista.

“Quando a gente entregou, depois de um trabalho exaustivo que foi feito com cinco pessoas, Janice e mais quatro colaboradores de fora que trabalharam praticamente de graça, a Universidade de São Paulo não deu uma folha sulfite para imprimir esse material”. A própria introdução do Relatório Final da CV faz referência ao que chama de “limitações impostas pelas precariedades materiais e de recursos humanos” enfrentadas pelos pesquisadores.

“Na Faculdade de Medicina teve o lado da política, daqueles que consideravam que não era interessante o olhar da Medicina para os mais pobres. E teve o lado da fogueira de vaidades dentro da academia, a questão da cátedra. E aí houve *fake news* da época, que foram as cartas anônimas. Eles foram vítimas porque eram pessoas que estavam à frente do seu tempo. Inclusive em termos de costumes, porque não eram conservadores. E isso gerou essa ciúmeira de quem resistia à reforma universitária”, critica.

Foram perseguidas pessoas como Samuel Pessoa Barnsley, parasitologista e sanitarista que foi um dos pioneiros em pesquisas sobre parasitologia médica no continente sul-americano e se tornou, em 1931, o mais jovem professor catedrático da USP. “Ele idealizava um outro tipo de medicina para o Brasil”, diz. “A perseguição a esses estudantes, médicos e pesquisadores foi implacável. Eles foram banidos do país. Foram desenvolver suas pesquisas em outros países e nós perdemos essa preciosidade, que poderia estar aqui”, avalia.

Notas

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*.

2 Sobre o Curso Experimental de Medicina, ler artigo de Marcello M. Machado na *Revista Adusp* 66 (2022), p.54.